

# ESCUTA SOCIAL

MOVIMENTOS SOCIAIS E  
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

**Comunidade Quilombola do Rio Genipaúba  
Abaetetuba/PA**





# **ESCUTA SOCIAL**

## **MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

**Coordenador do CAO-CPC:**

**Nadilson Portilho Gomes**

**Coordenadores Auxiliares:**

**Ângela Balieiro Queiroz**

**Andressa Ávila Pinheiro**

**Louise Rejane de Araújo**

---

### **Apoio:**

#### **Servidores:**

**Brenda Oliveira Silva dos Reis – Assessora Técnica**

**Maria Dolores Afonso Lobato da Silva - Técnica Ministerial**

#### **Estagiários:**

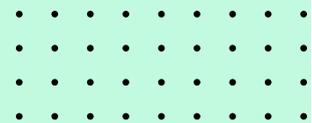
**Luiz Carlos Correa Oliveira**

**Gustavo Henrique Bezerra Santiago**

**Elizana Naara da Silva Costa**

**Wanderson Silva do Nascimento**

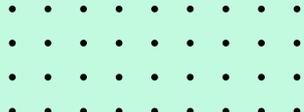
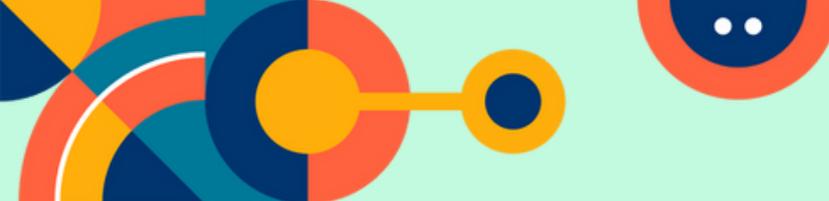




# ÍNDICE

Apresentação	_____	05
Objetivos	_____	06
Metas	_____	07
Justificativa	_____	08
Metodologia	_____	09
Cronograma	_____	10
Divulgação	_____	11
Catálogo	_____	12
de Demandas		
Contatos	_____	21





# APRESENTAÇÃO

O Ministério Público tem importância relevante na defesa da cidadania, tanto que a Constituição Federal de 1988 leciona que “é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, CF/88).

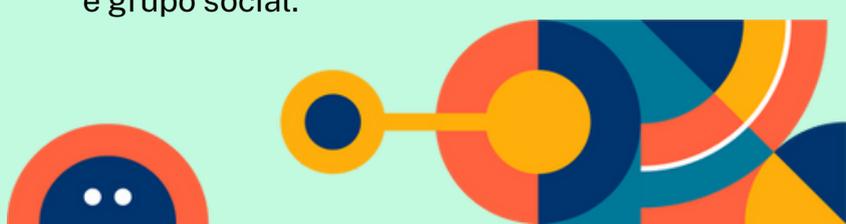
Com sua atuação o Ministério Público assegura o respeito aos fundamentos da nossa República Federativa, dentre os quais se destacam a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III, da CF/88), colaborando para que esses objetivos sejam alcançados, de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, de garantia de desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, além da promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação (art. 3º, CF/88).

Nesse diapasão, a escuta social das entidades da sociedade civil mediada pelo Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão do Ministério Público do Estado do Pará, busca possibilitar que as ações de cidadania promovidas pela Instituição sejam construídas conjuntamente com a sociedade e que suas demandas sejam levadas em conta, num formato novo, onde esse processo de oitiva seja atualizado com frequência.



A escuta social faz parte de uma estratégia onde Promotores de Justiça e membros de entidades da sociedade civil apresentam demandas e, ao mesmo tempo unem-se em busca de soluções por meio de parcerias e ações, adotando-se o critério de eletividade e respeito as vontades e interesses dos envolvidos.

A partir dos levantamentos, informações e intencionalidades serão construídas ações próprias de cidadania, atendendo-se as especificidades de cada território, população e grupo social.



# OBJETIVOS:

## ■ Geral

---

Promover o aprimoramento de escuta social do Ministério Público do Pará, através do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão com as Promotorias de Justiça e a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e os grupos vulnerabilizados, visando identificar demandas sociais prioritárias, fortalecer o diálogo institucional e contribuir para a construção de ações mais eficazes e democráticas.

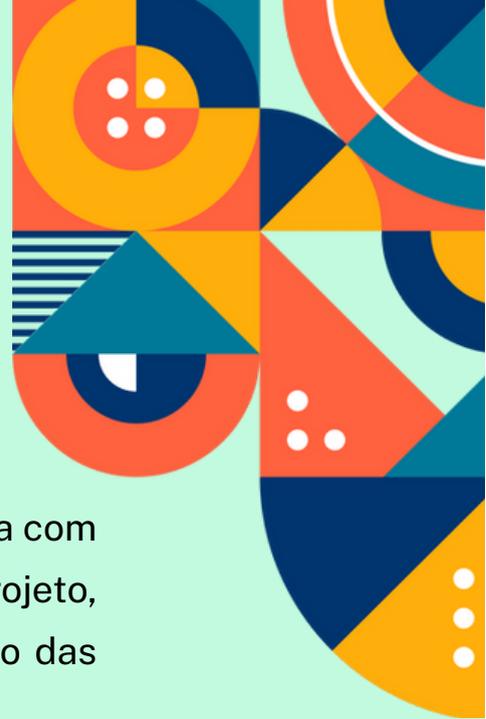
## ■ Específicos

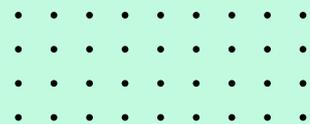
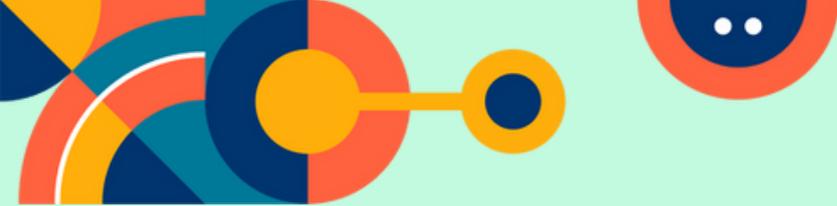
---

- Engajar organizações da sociedade civil em espaços de escuta promovidos pelo MP;
- Levantar e sistematizar as principais demandas propostas apresentadas;
- Estimular o protagonismo social e o controle democrático das instituições públicas;
- Subsidiar a atuação do MP com base nas contribuições recebidas da sociedade civil;
- Fortalecer os vínculos entre Ministério Público e atores sociais nos territórios atendidos.

# METAS DO PROJETO

-  Realizar encontros presenciais ou virtuais de escuta com organizações da sociedade civil ao longo do projeto, visando promover a escuta social e o engajamento das OSCs.
-  Identificar, mapear e mobilizar organizações da sociedade civil representativas de diversas áreas temáticas (educação, moradia, meio ambiente, direitos humanos, entre outras), garantindo ampla participação.
-  Estabelecer parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil para a implementação de ações voltadas à promoção da cidadania.
-  Organizar e registrar as demandas e propostas recebidas durante o projeto, produzindo um relatório-síntese que oriente a atuação do Ministério Público e possibilite o uso qualificado das informações coletadas.
-  Elaborar um plano de devolutiva social, que apresente os encaminhamentos adotados pelo Ministério Público com base nas escutas realizadas, promovendo a transparência institucional e fortalecendo a democracia por meio de ações de cidadania e outras medidas temáticas.
-  Fomentar a criação ou o fortalecimento de canais permanentes de diálogo com a sociedade civil, como fóruns, comissões ou grupos de trabalho temáticos, visando a continuidade da participação social e a articulação interinstitucional.





# JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de promover a interação do Ministério Público do Estado do Pará, por meio do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão, promoveu escuta social, no dia 05 de julho de 2025, no município de Abaetetuba. Desse encontro, foi gerado um catálogo das demandas apresentadas, detalhado neste documento, que servirá de base para a atuação ministerial.

Em 2025, o trabalho de levantamento de demandas continua por meio de projeto “Escuta Social” em todo o Estado do Pará, cujo objetivo é promover o aprimoramento da escuta social pelo MPPA e, com isso, a melhoria dos mecanismos de interação continuada com a sociedade civil, os movimentos sociais e os grupos vulnerabilizados, em geral, considerando a necessidade da criação de formas regulares de troca entre a instituição e os setores destinatários de sua atuação, especialmente na área da cidadania, em busca de construção de soluções.

Almeja-se, ainda, a partir desta escuta permanente e qualificada, intensificar a atuação do Ministério Público como agente político-social para a busca de soluções para os problemas catalogados, juntamente com a sociedade, a partir de uma atividade estratégica e articulada de mobilização social, envolvendo tanto as populações e grupos ligados a cada questão tratada, como os agentes públicos e privados com atribuições capazes de apontar soluções para os desafios postos, para efetivação e garantia de direitos.

Da escuta social realizada em Abaetetuba, na comunidade quilombola de Genipaúba, foram indicadas suas demandas, respeitando-se o protocolo comunitário-autônomo de consulta e consentimento prévio, livre, informado, adequado, de boa-fé e de veto, de 2023.

# METODOLOGIA

A escuta social será realizada em vários municípios por meio de reuniões e coleta de dados e informações, iniciando-se por Abaetetuba, por meio de preenchimento de formulário físico e/ou eletrônico e uso facultativo comunicação verbal, por tempo a ser definido a cada evento pelos participantes.

Trata-se de um método para identificar e abordar demandas da população para construção de políticas públicas mediante a interação com ela, permitindo a compreensão de suas necessidades e definições de ações do Ministério Público mais alinhada com os interesses da comunidade e grupos sociais.

A programação de cada evento contou com recepção e credenciamento, abertura, apresentação dos objetivos e justificativa, escuta dos representantes/integrantes das entidades da sociedade civil e propositura de encaminhamentos. Depois, os dados e informações coletadas foram sumarizados e divididos em eixos temáticos para serem usados como base de orientação para atuação pelo Ministério Público do Estado do Pará nas ações de cidadania. Sendo que, os que não forem de atribuições do CAO CPC serão encaminhados ao centro de apoio operacional competente ou órgão de execução cabível. Ao final, será produzido o catálogo das demandas apresentadas.



## METODOLOGIA DA ATIVIDADE

- Após realizada escuta ativa presencial, no dia 05.07.25, os dados coletados foram sumarizados e divididos em eixos temáticos para serem utilizados como base para a orientação da atuação do Ministério Público.

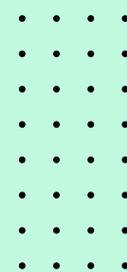
---

## PANORAMA DA AÇÃO

QUANTIDADE TOTAL DE PARTICIPANTES: 84 PRESENTES

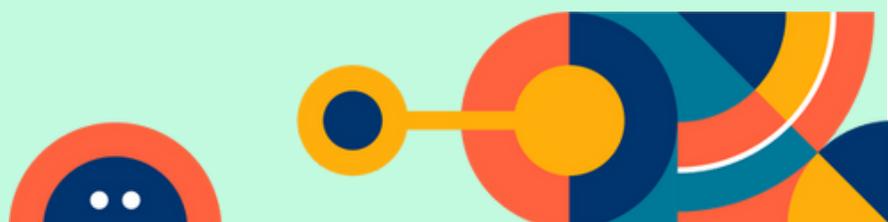
13 temáticas catalogadas por eixos

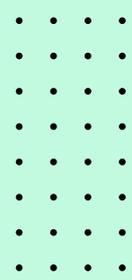




# CRONOGRAMA

No	Meta	Período de Execução	Observações
01	Realização de encontros de escuta com OSCs	Abaetetuba: 05/07/2025 Outros municípios: a definir	Elaborar agenda institucional
02	Mapeamento e mobilização de OSCs	Abaetetuba: 05/07/2025 Outros municípios: a definir	Atividade preparatória aos encontros.
03	Definição de parceiros para ações de cidadania	Até 10/08/2025	Alinhado com a avaliação das escutas realizadas.
04	Sistematização das propostas e elaboração de relatório-síntese	Até 10/08/2025	Base para o plano de devolutiva e futuras ações.
05	Elaboração e apresentação do plano de devolutiva social	Até 10/08/2025	Divulgação pública dos resultados.
06	Fomento a canais permanentes de diálogo	A partir de 10/08/2025 e contínuo	Ações permanentes, iniciadas após a devolutiva social.





# DIVULGAÇÃO



Todas as etapas do projeto serão amplamente divulgadas por meio do site oficial do Ministério Público do Estado do Pará ([www.mppa.mp.gov.br](http://www.mppa.mp.gov.br)), garantindo transparência e acesso público às informações.

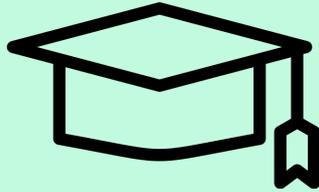
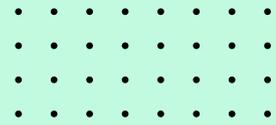


Além disso, os resultados, relatórios e demais documentos poderão ser enviados por e-mail aos interessados, mediante requerimento formal ou apresentação em reuniões, sempre que houver necessidade específica de compartilhamento direcionado.

**Essa estratégia visa assegurar a ampla disseminação das ações e resultados do projeto, promover a participação social e fortalecer a articulação entre o Ministério Público e a sociedade civil.**

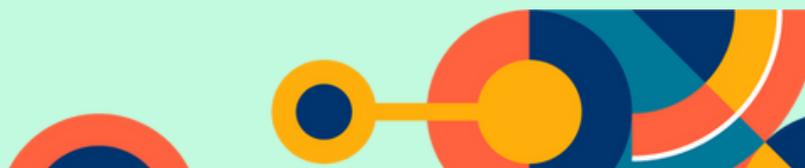


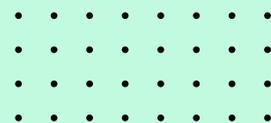
# CATÁLOGO DE DEMANDAS



## EDUCAÇÃO:

- Promover acesso à educação pública de qualidade, de acordo com a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ.
- Promoção de alimentação escolar de qualidade;
- Promoção de educação de qualidade com eliminação de turma multisseriada;
- Garantia de acesso e frequência às aulas pelas crianças e adolescentes;
- Cumprimento do pacto de educação do campo celebrado;
- Disponibilizações de profissionais especializados nas escolas para pessoas com deficiências e com espectro autista;
- Necessidade quadra de esporte e/ou área de lazer para a comunidade.





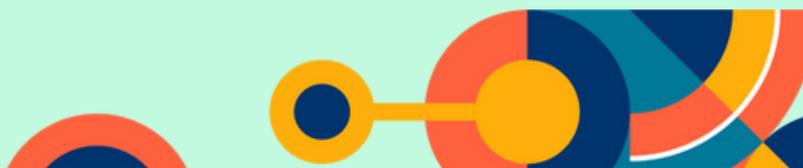
## **SAÚDE:**

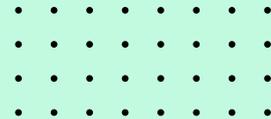
- Promover políticas de saúde para a população em geral com base na Política Nacional de Saúde Integral da População Quilombola - PNASQ.
- Necessidade de disponibilizações de serviços de saúde mental;
- Necessidade de implantação de UBS na comunidade e melhoria da atenção básica em geral.

## **ASSISTÊNCIA SOCIAL:**



- Garantir os serviços socioassistenciais à população.
- Priorizar cuidados e assistência às mulheres e pessoas idosas;
- Ampliação da rede de serviço socioassistencial;
- Necessidade espaço para realização de atividades socioassistenciais e eventos;
- Colaboração na geração de emprego e renda.





## **SEGURANÇA PÚBLICA:**

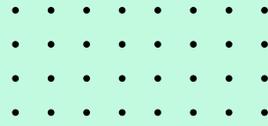
- Promover melhorias dos serviços públicos de segurança pública para a sociedade.
- Melhoria do serviço de segurança no rio para eliminação dos assaltos dos chamados “ratos” e “piratas”;
- Melhorias dos acessos aos canais de denúncias.



## **COMBATE AO RACISMO:**

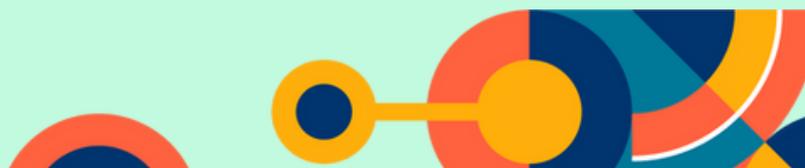
- institucionais, especialmente em favor da população negra e quilombola à educação e a à construção de políticas públicas estaduais e municipais.
- Promover a participação dos segmentos específicos nas construções das políticas públicas;
- Promover o cumprimento do protocolo de consulta elaborado pela comunidade.

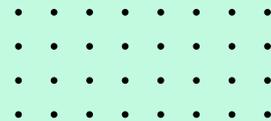
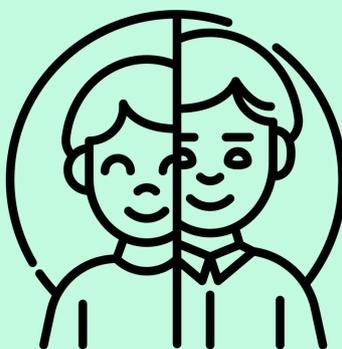




## **DIREITO DAS MULHERES:**

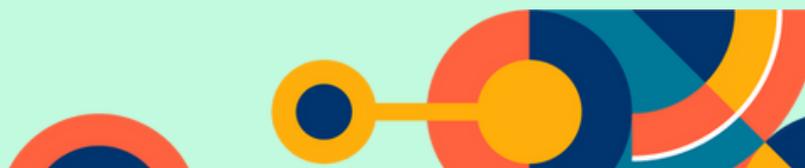
- Combater as diferentes formas de violência e desigualdades de gênero, por meio de reforço das redes de proteção e apoio às mulheres, monitoramento dos aparatos institucionais de acolhimento das vítimas de violência, bem como aqueles relativos às ações preventivas e educativas da população, com a indução de políticas públicas de melhoramento da renda e dos meios para a plena atividade profissional das mulheres, com destaque para as mulheres mais vulnerabilizadas.
- Oportunidades no mercado de trabalho e de geração de renda;
- Melhoria dos serviços de defesa e proteção das mulheres;
- Criação de canal de denúncia específico.

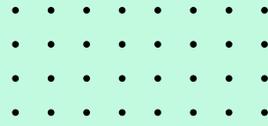
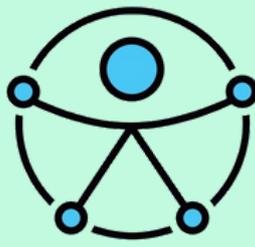




## **DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:**

- Fomentar a atuação do Ministério Público de forma a contemplar a defesa das crianças e adolescentes no âmbito da segurança pública, igualdade racial, saúde e educação, por meio do fortalecimento da rede socioinstitucional nas esferas municipal e estadual.
- Participação da juventude na construção das políticas públicas voltadas para ela;
- Acesso a equipamentos públicos para crianças e adolescentes;
- Acesso e melhoria dos serviços de saúde mental para crianças e adolescentes;
- Acesso à educação básica de qualidade;
- Serviços específicos de apoio as crianças e adolescentes quilombolas e ribeirinhas;





## **DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

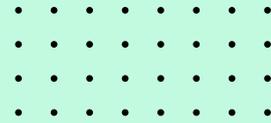
- Fortalecer as redes de saúde, educação e assistência social para o atendimento adequado das necessidades específicas das pessoas com deficiência e de seus cuidadores, bem como promover a quebra das barreiras comunicacionais, atitudinais e de transporte de forma abrangente.
- Melhoria do transporte público para a pessoa com deficiência;
- Busca ativa de pessoas com deficiências;
- Acesso a tratamentos específicos.



## **MEIO AMBIENTE:**

- Melhorar a atuação ambiental do Ministério Público na prevenção e repressão de infrações ambientais, além do acompanhamento e implementação de políticas públicas.
- Preservação do rio que está sendo assoreado, prejudicando o acesso à comunidade;
- Contaminação do rio por abate clandestino de animais.

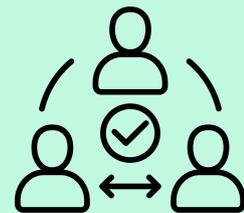




## **DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA:**

- Promover a democratização e o acesso ao Sistema de Justiça, da formação especializada de agentes públicos, da celeridade na resolução das demandas e da viabilidade de acompanhamento eficiente pelos demandantes, bem como da criação de espaços de escuta sistemática permanente.
- Promover a participação da sociedade, por seus seguimentos específicos nas construções das políticas públicas;
- Acesso da população ao sistema de justiça em seu território;
- Construção e respeito ao protocolo de consulta comunitário já elaborado.

## **TERCEIRO SETOR:**



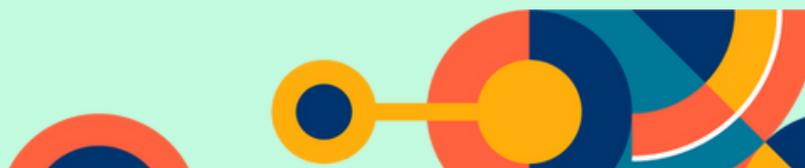
- Fiscalizar as entidades do terceiro setor que prestam serviços ao Estado e aos municípios ou recebam recursos públicos.
- Fiscalização da entidade do terceiro setor que deixou construção abandonada no território;
- Colaboração para que a instalação abandonada seja destinada para fim social na comunidade.





## **PESSOA IDOSA:**

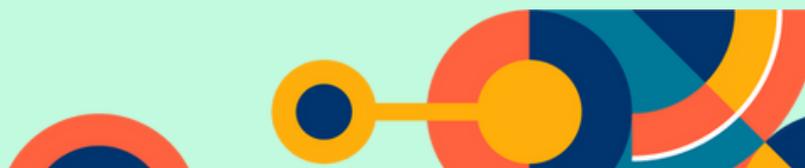
- Fiscalizar o cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa, prevenindo a ameaça ou a violação a direitos por discriminações ou violências, garantindo o acesso a serviços de saúde e assistência social com equipamentos adequados, bem como a acessibilidade urbanística, arquitetônica e nos transportes, e fomentar a participação dos idosos na construção de políticas públicas.
- Melhorias das vias públicas de acesso terrestre à comunidade;
- Facilitação de atendimentos nos órgãos públicos pelos seus canais próprios;
- Participação na construção das políticas públicas;
- Disponibilização de cultura, esporte e lazer.





## **HABITAÇÃO E URBANISMO:**

- Fomentar a atuação ministerial no sentido de promover a habitação e o urbanismo adequados às sócio vulnerabilidades, atentando em suas intervenções para a busca de soluções focadas na minoração dos riscos sociais dos envolvidos e, eventualmente, decorrentes das situações de desocupação e conflitos fundiários urbanos.
- Instalação de equipamentos públicos de esporte e lazer;
- Acesso e melhoria da qualidade da água à comunidade;
- Necessidade do serviço de saneamento básico;
- Melhoria do serviço de fornecimento de energia elétrica e de eletrificação do território.



# CONTATOS

## CAOCPC/MPPA

---



TELEFONES: (91) 4006-3504/3605 -CAOCPC/MPPA



WHATSAPP: (91) 98896-3702 -CAOCPC/MPPA



E-MAIL: CAOCPC@MPPA.MP.BR



RUA JOÃO DIOGO, N°. 100, CIDADE VELHA, BELÉM-PARÁ, CEP: 66015-165.

## NTS/MPPA

---



TELEFONES: (91) 99907 -6555 -NTS/MPPA



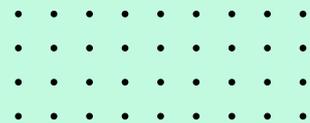
WHATSAPP: (91) 99907 -6555 -NTS/MPPA



E-MAIL: NTS@MPPA.MP.BR



AVENIDA DR. FREITAS, N° 2513, MARCO  
BELÉM-PARÁ, CEP: 66095-110.



**REALIZAÇÃO:**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO PARÁ**

**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL,  
PROCESSUAL E DO CIDADÃO - CAO CPC**

